

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.629/0001-06
Rua João Bettega, 830 - 3º andar - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º Semestre de 2016

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **NEGRESCO S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativas ao 1º semestre de 2016.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2016, a economia brasileira conviveu com inflação acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, com manutenção da taxa básica de juros (Selic), aumento da inadimplência e retração do Produto Interno (PIB). Para os próximos meses, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta uma ligeira queda na inflação e na retração do PIB. O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) no primeiro semestre de 2016 acumulou alta de 4,42% e avanço de 8,84% em 12 meses. A previsão dos analistas é de que a inflação feche o ano em 7,31% e para os próximos 12 meses fique em 5,34%.

O percentual de cheques devolvidos pela segunda vez por insuficiência de fundos foi de 2,36%, com alta de 0,10% em relação ao mesmo semestre de 2015. Dados da Boa Vista SPC apontam que a inadimplência no primeiro semestre de 2016 teve um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período de 2015 devido principalmente ao desemprego.

No primeiro trimestre de 2016, o Produto Interno (PIB) fechou com contração de 4,3%. A previsão para 2016, na pesquisa Focus do Banco Central, é de contração de 3,2%. Já, a previsão do FMI para o Brasil é de contração de 3,3%, enquanto a média mundial será de crescimento de 3,1%. Desta forma, a NEGRESCO CFI continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhe são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido

O resultado contábil positivo da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no primeiro semestre de 2016, alcançou a importância de **R\$ 1,406 (milhões)**, com Patrimônio líquido equivalente a **R\$ 35.296 (milhões)**.

Patrimônio líquido em 31/12/2015

(+) Lucro do semestre 1.406
(-) Distorção de 2.984

(-) Patrimônio líquido em 30/06/2015

35.296

Gestão de riscos

A NEGRESCO adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades. A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Risco Operacional

O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A NEGRESCO S/A continuamente agrega esforços para o fortalecimento do seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando a qualidade de suas atividades operacionais.

Estrutura de Gerenciamento

O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da NEGRESCO, composta por um Diretor Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 02 (dois) anos, cujas posses nos cargos, ocorrem mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional na NEGRESCO respeita, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

a) Identificação

É realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados. Realiza-se através o funcionamento regular da instituição;

b) Avaliação

Periodicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a eficiência dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional;

c) Monitoramento

Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utili-

zação dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de riscos, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados;

d) Controle

É realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

e) Mitigação

Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da NEGRESCO tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistemáticas, sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A NEGRESCO vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento da sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e do desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Considerações Finais

Por fim, queremos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESCO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Nesse horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos determinados como necessários, são ferramentas que visam garantir e resguardar as operações, processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis.

Finaliza-se a prestação de dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 19 de agosto de 2016.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	153.961	169.963	Depósitos	10	24.697	59.134
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	5.800	23.243	Depósito a prazo		3.772	25.337
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.800	23.243	Recursos de acetes e emissão de títulos	10	14.705	12.493
Operações de crédito	6	141.118	140.154	Recursos de acetes cambiais		14.705	12.493
Operações de crédito:				Outras obrigações		6.220	21.304
Setor privado		181.258	179.110	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		157	126
Provisão para perdas em operações de crédito		(40.140)	(38.956)	Sociais e estatutárias		168	187
Outros créditos	7	6.999	6.993	Fiscais e previdenciárias	11	837	1.343
Impostos e contribuições a compensar		263	27	Obrigações por operações vinculadas a cessão	12	-	14.880
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		5.698	5.272	Diversas	13	5.058	4.768
Diversos		953	821	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisão para outros créditos		(5)	-	Depósitos	10	14.326	3.249
Outros valores e bens		32	27	Depósito a prazo		14.326	3.249
Despesas antecipadas		29	27	Recursos de acetes e emissão de títulos	10	68.145	59.388
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Recursos de acetes cambiais		68.145	59.388
Operações de crédito	6	18.570	17.026	Outras obrigações		31.086	29.149
Operações de crédito:				Provisão para riscos cíveis e fiscais	14	31.086	29.149
Setor privado		3.892	3.758	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	35.296	37.447
Provisão para perdas em operações de crédito		(69)	(71)	Capital de domiciliados no País		32.675	32.675
Outros créditos	7	14.747	13.339	Reserva legal		1.285	1.083
Impostos e contribuições a compensar		2.443	2.382	Lucro acumulado		1.336	3.689
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		12.304	10.957	TOTAL DO PASSIVO		173.550	188.367
PERMANENTE							
Imobilizado	8	616	840				
Outras imobilizações em uso		1.896	1.863				
Depreciações acumuladas		(1.290)	(1.023)				
Intangível	9	403	403				
Outros ativos intangíveis		2.932	2.925				
Amortizações acumuladas		(2.529)	(2.387)				
TOTAL DO ATIVO		173.550	188.367				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA			
Operações de crédito	6	62.772	64.668
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	694	989
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA			
Operações de captação no mercado	10	(8.166)	(8.464)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(29.072)	(28.663)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	17	2.281	(22.050)
Receita de prestação de serviços		(787)	(798)
Despesas de pessoal	18	(20.651)	(19.311)
Outras despesas administrativas	19	(2.707)	(2.790)
Despesas tributárias	20	170	190
Outras despesas operacionais	21	(2.474)	(1.927)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	(1.254)	(2.588)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(1.756)	(3.655)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		502	1.077
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		1.406	3.883
Quantidade de ações no fim do semestre		32.675.000	32.675.000
Lucro por lote de mil ações no fim do semestre		43,03	118,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.406	3.883
Lucro líquido do semestre	1.406	3.883
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(502)	(1.077)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.756	3.665
Depreciações e amortizações	192	169
Provisão para devedores duvidosos	29.083	28.663
Apropriação da despesa antecipada	33	30
Provisão para riscos fiscais	1.187	1.023
Provisão para riscos cíveis	625	628
Variações em ativos e passivos		
Aumento em aplicações financeiras		(12.123)
Aumento nas operações de crédito	(29.230)	(8.831)
Redução em outros créditos	44	1.194
Aumento em despesas antecipadas	(47)	(39)
Redução em depósitos	(3.179)	(11.989)
Aumento em recursos de acetes cambiais	1.857	37.078
Aumento em cobrança e arrecadações de tributos	14	26
Aumento em provisões fiscais e previdenciárias	(1.103)	80
Redução em provisões fiscais e previdenciárias	(342)	(126)
Redução em obrigações por cessões de créditos		(19.672)
Redução de credores diversos	(494)	(2.332)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.517)	(5.089)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(217)	15.164
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Adições ao ativo permanente	(12)	(670)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(12)	(670)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(2.984)	(12.947)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(2.984)	(12.947)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalente caixa no início do semestre	3.213	1.547
Caixa e equivalente caixa no final do semestre	5.902	11.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		32.675	889	6.814	-	40.378
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.883	3.883
Distribuição de dividendos		-	-	(6.814)	-	(6.814)
Constituição de Reserva Legal		-	194	-	-	194
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		32.675	1.083	-	3.689	37.447
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		32.675	1.215	2.984	-	36.874
Lucro líquido do semestre		-	-	-	1.406	1.406
Distribuição de dividendos	16.d	-	-	(2.984)	-	(2.984)
Constituição de Reserva Legal		-	194	-	(70)	124
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		32.675	1.285	-	3.336	35.296
Mutações do semestre		-	70	(2.984)	1.336	(1.578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001, estando autorizada a operar com as carteiras de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Crédito Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, quando aplicável nas operações, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
 - b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
 - c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/07;
 - d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
 - e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
 - f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
 - g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
 - h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; e
 - i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.
- Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 19 de agosto de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Auração do resultado

O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e passivos circulantes e a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões, inclusive, exigidas pelas normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e BACEN.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Registradas ao custo de aquisição, exceto os rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/01, foram classificados na seguinte categoria:

Títulos disponíveis para venda: são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado, e avaliados a valores de mercado, quando aplicável, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários.
Títulos mantidos até o vencimento: são contabilizados pelo valor de custo acrescido de rendimentos auferidos os quais foram lançados no resultado. São títulos que a financeira possui a intenção e a capacidade financeira para a sua manutenção em carteira até o vencimento.

f) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pro-rata dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução

CMN no 2.682/99,

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.829/0001-06
Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Resolução CMN nº 2.697/00.
As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
g) Transações de cessão, venda ou transferência de ativos financeiros
A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, devem ser classificadas nas seguintes categorias:

• **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período;
• **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Quando ocorre a transferência de controle do ativo financeiro a instituição cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento contínuo, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, reconhecer o passivo relativo à obrigação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.
• **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da Administração da Financiera e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa líquido associado ao ativo financeiro objeto de venda ou de transferência de mercado apropriado. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.
h) Ativo imobilizado
Equivala aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos de controle dos controles do ativo financeiro objeto de venda ou de transferência. E demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "impairment".

Taxa - %
Instalações 10
Móveis e utensílios 10
Sistema de comunicação e equipamentos 20
Sistema de processamento de dados 20
i) Ativo intangível
O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "impairment".
j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e passivos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício.
A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".
k) Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.
l) Recursos de acéites e emissão de títulos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.
m) Outros ativos e passivos
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).
n) Imposto de renda e contribuição social
A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, sendo:
Impostos correntes
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 20% do lucro tributável, a qual será de 20% até 2018.
Impostos diferidos
Os impostos diferidos são impostos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos resulta em consequências fiscais que resultarão da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.
o) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2016 de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
• **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se a classificação como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
• **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis são classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.
• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
p) Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
q) Lucro por ação
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidade 2016 2015
102 446
Aplicações interfinanceiras (nota 5.a) 5.800 11.120
Total 5.902 11.566

2016 2015
5.800 11.120
Operações compromissadas (b) - 7.073
Total 5.800 23.243

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS
DI - não ligadas - com liquidez (a) 5.800 11.120
DI - não ligadas - de liquidez (b) - 7.073
Operações compromissadas (c) - 5.050
Total 5.800 23.243
(a) Aplicações interfinanceiras com data de vencimento em 1º de julho de 2016, contratadas com taxa de 95% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Devido a sua natureza, essas operações não sofrem alterações no valor de mercado.
(b) Aplicações interfinanceiras mantidas até o vencimento, com vencimento em 29 de outubro de 2015, contratadas a taxa de 108% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
(c) Operação compromissadas de debêntures mantidas até o vencimento, com vencimento em 3 de julho de 2016, contratadas a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
A Financiera auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2016, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 694 (R\$ 889 no 1º semestre de 2015).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS COM CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2016	2015
Operações de crédito:		
Empréstimos	37.615	25.466
Financiamentos	147.535	157.402
Total	185.150	182.868
Provisão para perdas em operações de crédito	(40.209)	(39.027)
Total	144.941	143.841

Operações de crédito - circulante
Provisão para perdas em operações de crédito
Circulante 141.115 140.154
Operações de crédito - não circulante 3.932 3.785
Provisão para perdas em operações de crédito
Não circulante (69) (71)
Total 138.233 136.871

b) Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Sector privado:				
Outros serviços	147	0,08%	-	0,00%
Comércio	0	0,00%	2.410	1,32%
Pessoa física	185.003	99,92%	180.458	98,68%
Total	185.150	100,00%	182.868	100,00%

c) Composição por prazo de vencimento:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	42.882	23,16%	43.265	23,65%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	70.984	38,34%	71.603	39,16%
De 90 a 360 dias	67.392	36,40%	64.242	35,13%
Acima de 360 dias	3.982	2,10%	3.758	2,06%
Total	185.150	100,00%	182.868	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela Financiera foi de 13,19% ao mês para empréstimo e de 6,26% ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 a Financiera auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 62.772 (R\$ 84.668 no 1º semestre de 2015).

d) Provisão para perdas em operações de créditos
d.1) Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos

	2016	2015
Descrição		
Saldo do início do período	(42.135)	(39.689)
Constituição	(29.072)	(28.665)
Reversão para prejuízo	3.66	3.785
Saldo final do período	(40.209)	(39.027)
Circulante	(40.140)	(38.956)
Não circulante	(69)	(71)

d.2) Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 30 de junho de 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2016:

Nível de Risco	Situação	Empréstimo/Financiamento			Valor da Provisão	
		% de Capital	% de Giro	CDC		
A	Normal	0,50%	21,016	90,911	111,927	560
B	Normal	1,00%	368	1,179	1,547	16
C	Vencido	1,00%	2,514	8,027	10,541	113
D	Normal	3,00%	39	397	436	13
E	Vencido	3,00%	1,921	5,805	7,726	232
F	Normal	10,00%	14	110	124	12
G	Vencido	10,00%	1,538	4,318	5,855	586
H	Normal	70,00%	8	20	28	2
I	Vencido	30,00%	1,342	3,971	5,314	1,594
J	Normal	50,00%	5	44	49	25
K	Vencido	50,00%	1,364	4,266	5,630	2,815
L	Normal	70,00%	2	29	31	21
M	Vencido	70,00%	1,305	4,341	5,646	3,953
N	Normal	100,00%	11	74	85	85
O	Vencido	100,00%	6,168	24,005	30,173	30,173
Total			37,615	147,535	185,150	40,209

Posição em 30 de junho de 2015:

Nível de Risco	Situação	Empréstimo/Financiamento			Valor da Provisão	
		% de Capital	% de Giro	CDC		
A	Normal	0,50%	14,772	95,870	110,642	554
B	Normal	1,00%	535	804	1,339	13
C	Vencido	1,00%	1,416	8,880	10,296	103
D	Normal	3,00%	29	287	316	10
E	Vencido	3,00%	1,203	6,474	7,677	230
F	Normal	10,00%	4	99	103	10
G	Vencido	10,00%	906	5,049	5,955	596
H	Normal	70,00%	8	20	28	2
I	Vencido	30,00%	846	4,873	5,719	1,716
J	Normal	50,00%	3	35	38	19
K	Vencido	50,00%	788	3,558	4,346	3,073
L	Normal	70,00%	8	20	28	2
M	Vencido	70,00%	963	5,338	6,301	4,411
N	Normal	100,00%	-	53	53	53
O	Vencido	100,00%	3,990	24,214	28,204	28,204
Total			25,466	157,402	182,868	39,027

e) Cessão de Crédito
No primeiro semestre de 2016, a Financiera não fez cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação) junto a bancos privados (R\$12.352 no 1º semestre de 2015). Tanto as receitas das operações registradas no ativo quanto as despesas das operações registradas no passivo foram reconhecidas no resultado do período de competência.
A Financiera liquidou todas as operações de cessão de crédito no segundo semestre de 2015, portanto não há saldo de operações cedidas, em 30 de junho de 2016, que eram mantidas no ativo da Financiera na rubrica contábil "operações de crédito" (R\$ 12.964 no 1º semestre de 2015).

7. OUTROS CRÉDITOS

	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar (a)	2.706	2.382
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL diferidos (b)	18.002	16.229
Devedores diversos - pass	451	547
Outros	502	274
Total	21.661	19.432
Circulante	6.909	6.093
Não circulante	14.747	13.339

(a) Referem-se basicamente a: (i) Saldo negativo de IR no montante de R\$ 914 (R\$ 662 em 2015), (ii) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da monotributação exigida no artigo 3º, § 11, da Lei nº 7.199/98, cuja decisão favorável foi proferida nos atos de Mandado de Segurança nº 2008.70.000.001426-7/PR, no montante de R\$1.558 (R\$1.558 em 2015) e (iii) Saldo negativo de CSLL no montante de R\$ 71 (sem valor em 2015).
(b) A Financiera registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura elaborado para o primeiro semestre de 2016. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas em operações de crédito e provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas, conforme apresentado a seguir:

	2016	2015
Provisão para perdas em operação de crédito	5.488	4.560
Provisão para riscos civis	598	704
Provisão para riscos fiscais	11.912	10.957
Outros	14	8
Total	18.002	16.229

Total da realização do crédito tributário:
Conforme Resolução 3059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
A Financiera elabou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2016, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Comparando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	2016		2015	
	Custo	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido
Diferenças Temporárias				
2016	1.077	(820)	28	5
2017	5.488	62	196	136
2018	598	28	5.673	1.032
2019	434	267	1.079	1.079
2020	1.836	616	4.630	4.630
2021 a 2025	-	-	-	-
Total	18.002	18.002	18.002	18.002

O valor presente do crédito tributário é de R\$ 10.686, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 17,66% ao ano para os períodos correspondentes.

8. IMOBILIZADO DE USO

	2016		2015	
	Custo	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.107	(820)	28	5
Equipamentos de comunicação	355	(293)	62	98
Outros	434	(187)	267	366
Total	1.896	(1.290)	616	840

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de que seus custos registrados, determinados com base em suas premissas, "impairment", tais itens são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foi identificado problemas de "impairment" no semestre findo em 30 de junho de 2016.

9. INTANGÍVEL

	2016		2015	
	Custo	Saldo líquido	Custo	Saldo líquido
Processamento de dados	2.529	(2.151)	378	46
Outros	403	(378)	25	54
Total	2.932	(2.529)	403	58

10. CAPTAÇÃO DE DEPOSITOS A PRAZO (DPGE) E ACÉITES CAMBIAIS

a) Composição por vencimento dos depósitos e acéites cambiais

	2016		2015	
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	3.772	14.326	18.098
Acéites cambiais	1.507	13.198	68.145	82.850
Total	1.507	16.970	82.471	100.948

b) Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

	2016		2015	
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	25.337	3.249	28.586
Acéites cambiais	25	12.468	59.388	71.881
Total	25	37.805	62.637	100.467

c) Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado
Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE foram contratados no país, sendo remunerados entre 110% a 115% do CDI ou IPCA mais juros entre 7,50% e 8,40% ao ano.
Os Recursos de Acéites Cambiais foram contratados no país, sendo remunerados entre 115% e 125% do CDI.
b) Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.829/0001-06
Rua João Bettega, 830 - Ponta - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	Cíveis	Fiscais	Total
b) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais			
Movimentações das contingências			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	1.560	26.357	27.917
Adições	852	1.033	1.885
Reversão	(224)	-	(224)
Saldo final em 30 de junho de 2015	1.188	27.390	28.578
Adições	1.413	28.593	30.006
Reversão	(42)	1.187	1.145
Saldo final em 30 de junho de 2016	1.306	29.780	31.086

c) Processos classificados como passíveis
A Financeira é parte em 54 processos cíveis (49 em 2015) classificados como risco possível de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 2.360 (R\$ 2.277 em 2015). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Não há processos trabalhistas classificados como risco possível de perda.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.
d) Passivo contingente
A Financeira responde conjunta e solidariamente a 41 processos trabalhistas (41 em 2015), cuja responsabilidade contratual é da Crediparans Serviços Financeiros Ltda.
e) Processo Judicial - Base de cálculo PIS e COFINS
A Financeira impetrou um mandado de segurança para que fosse declarada ilegal a exigência perpetrada pela autoridade quanto ao recolhimento de PIS e COFINS do modo previsto pela Lei nº 9.718/98, em seu §1º do artigo 3º. O J.uz Federal, em 14 de agosto de 2008, concedeu a segurança para reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança do PIS e da COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98 e o direito líquido e certo da Financeira a recolher tais tributos de acordo com o estabelecido nas Leis Complementares nº 70/91 e nº 07/73, sem as mudanças de base de cálculo e alíquotas previstas na referida Lei nº 9.718/98, bem como fazer a compensação do indébito, recolhido nos últimos dez anos, atualizado pela SELIC, com quaisquer tributos ou contribuições sob a administração da Secretaria da Receita Federal.

Em 31 de março de 2009, houve a apelação e o reexame necessário onde a Receita Federal apuro sustentando a prescrição em relação aos valores recolhidos há mais de cinco anos. A Egrégia 2ª Turma do Tribunal Regional Federal do 4º Região, por unanimidade, deu parcial provimento ao acórdão e a remessa oficial.
No dia 28 de maio de 2009, o processo foi transitado em julgado devido ao fato das partes não terem interposto recursos. Com isso, em 30 de junho de 2009, a Administração, baseada nas decisões acima citadas e no trânsito em julgado, contabilizou em "outras obrigações - diversas" o montante de R\$ 31.390, relativo ao reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pelo art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98. Os montantes foram compensados com tributos federais, restando em 30 de junho de 2014 o montante de R\$ 182.
No dia 4 de maio de 2011, a União propôs ação rescisória, com pedido de novo julgamento, visando desconstituir a decisão proferida pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal do 4º Região. A União solicitou a concessão da tutela antecipada, nos termos do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, impedindo imediatamente a realização e compensação de créditos fiscais com base na ação rescisória.

Em 10 de junho de 2011, o Desembargador deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender liminarmente a execução do julgado rescisório. Em sua decisão menciona que a execução do processo rescisório, em regra, não se suspende com a interposição da ação rescisória, nos termos do artigo 489 do CPC. Contudo, nesse caso, há grandes possibilidades de ser o acórdão rescisório, em virtude do reconhecimento, pelo STF, de que as receitas decorrentes de atividades financeiras líquidas devem integrar a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, razão pela qual deve ser deferido o pedido de antecipação da tutela como postulado. Decidiu pela execução do processo rescisório.
No dia 21 de julho de 2011, a Financeira apresentou sua contestação com relação à decisão mencionada acima.

No dia 26 de julho de 2011, o juiz federal deu provimento aos presentes embargos para esclarecer que a antecipação de tutela deferida apenas visa a realização de novas compensações de créditos fiscais com base na ação rescisória, não autorizando o início do procedimento administrativo por parte do Fisco tendo em vista a cobrança de compensações realizadas antes da concessão da tutela antecipada, até o julgamento do mérito da ação rescisória.

Considerando que na decisão antecipada de tutela, o desembargador menciona que existe grande possibilidade da ação rescisória cancelar o acórdão transitado em julgado, que a Financeira compôs tributos federais com créditos obtidos decorrentes da ação rescisória supracitada e que a Financeira não incluiu na apuração do PIS e da COFINS as receitas sobre sua atividade-fim, a Administração efetuou a provisão em 30 de novembro de 2011, no valor de R\$24.860, considerando que o risco de perda do processo relativo à ação rescisória é provável, reconstruindo dessa forma a provisão relativa à obrigação legal para o PIS e a COFINS.
Em 06 de dezembro de 2012, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmando os efeitos prospectivos da ação rescisória, preservando, assim, as compensações realizadas pela financeira.

Em 05 de janeiro e 21 de janeiro de 2013 a União e a Financeira, respectivamente, protocolaram embargos de declaração.
No dia 04 de abril de 2013, foi proferido acórdão acolhendo os embargos com o objetivo de mencionar os dispositivos legais e constitucionais suscitados pelas partes, mas mantendo a decisão anterior.

Em 03 de junho de 2013, foram protocolados Recursos Especial e Extraordinário pela União Federal. Em 08/08/2014, foi publicada decisão monocrática da Ministra Relatora determinando o retorno dos Recursos ao TRF4, para que permanecessem suspostos até o julgamento dos Recursos Extraordinários nº 609.096-RS e 880.143-MG, atrelados com Repercução Geral.
A Negresco interps Agravo Regimental, argumentando que o objeto dos Recursos em questão não se confunde com a matéria tratada naqueles Recursos paradigma, de modo que a decisão de substorno deve ser revista. Todavia, a Min. Carmen Lúcia realizou seu entendimento em nova decisão monocrática publicada no dia 17/11/2014, negando seguimento ao Agravo Regimental interposto pela Negresco.

Os Recursos Extraordinários da União e da Negresco retornaram ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 28/11/2014, onde permanecerão suspostos até o julgamento dos REs nº 609.096-RS e 880.143-MG pelo STF (Tema nº 375 de Repercução Geral).
Em maio de 2014, o auditor da Receita Federal do Brasil procedeu uma auditoria fiscal da Cofins e do PIS relativo ao período de janeiro/2009 a dezembro/2010, resultando no PAF 10980-721.473/2014-15. Segundo entendimento do auditor fiscal, não seria devida multa de ofício no caso em que se encontra o processo da Negresco, com exigibilidade suspensa na forma do artigo 63 da Lei 9430/96. Consequentemente, o valor provisionado pela Negresco seria superior ao montante devido, uma vez que o provisionamento incluía a possível multa de ofício.
Ao final do procedimento fiscal, foi lavrado Auto de Infração contra a Negresco, exigindo créditos tributários de PIS e de COFINS relativos ao período de maio/2009 a dezembro/2010, acrescidos apenas de juros, sem multa. A Negresco foi intimada do Auto de Infração em 28/05/2014 e apresentou Impugnação em 28/06/2014.

Procedimento semelhante foi realizado pela Receita Federal do Brasil em novembro de 2014, quando foi feita uma auditoria fiscal do PIS e da COFINS relativos ao período de janeiro/2011 a abril/2011, no PAF 10980-723.263.2014-61. Nos mesmos moldes do procedimento anterior, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Negresco, exigindo créditos tributários de PIS e de COFINS relativos ao período de janeiro/2011 a abril/2011, acrescidos apenas de juros, sem multa. A Negresco foi intimada do Auto de Infração em 07/11/2014 e apresentou Impugnação em 05/12/2014.
Em 08/12/2015, a Negresco foi intimada dos dois acórdãos proferidos pela 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba, que manteve suspensa a cobrança dos débitos de PIS e COFINS objeto dos PAFs 10980-721.473/2014-15 e 10980-723.263.2014-61, até que se encerre a sua discussão judicial. Quanto aos juros de mora, a Delegacia de Julgamento entende que estes seriam aplicáveis caso os débitos sejam mantidos. Em 04/01/2016, a Negresco interps Recursos Voluntários ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) contra estes dois acórdãos.
Em 17/03/2016, a Negresco foi identificada do Comunicado nº 56/2016, pelo qual a Delegacia da Receita Federal de Curitiba negou seguimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa no PAF nº 10980-721.473/2014-15, alegando que Acórdão nº 06-53.578, do 3º Turma da DRU/Curitiba-PR não concebeu da impugnação por renúncia às instâncias administrativas por existência concomitante de ação judicial. Em 07/04/2016, foi protocolado Pedido de Reconsideração pela Negresco, requerendo que seja reconsiderado o despacho veiculado no Comunicado nº 56/2016, remetendo-se o Recurso Voluntário ao CARF para julgamento. Tal pedido aguarda julgamento.
Considerando que (i) a ação rescisória foi julgada parcialmente procedente, atribuindo efeitos prospectivos, (ii) a União recorreu dessa decisão, (iii) ainda pende de julgamento no STF o Recurso Extraordinário interposto pela União, e (iv) a provisão já está constituída, a Financeira resolveu manter a provisão realizada em 30 de novembro de 2011, no valor atualizado em 30 de junho de 2016 de R\$ 29.780.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Recursos (despesa)	Ativo (passivo)	Recursos (despesa)
Recursos de aceites cambiais Negresco Fomento Ltda.	10 (33.941)	(2.398)	(33.330)	(2.185)
Crediparans Serviços Financeiros Ltda Empreendimentos Florestais Cambiuj Ltda.	(1.901)	(81)	(1.677)	(70)
Oleo Locadora Equip. Eletrônicos Ltda.	(65)	(5)	(55)	(4)
Transesp Comercio de Imóveis Ltda.	(505)	(38)	(352)	(18)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(15.445)	(1.202)	(12.040)	(812)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(688)	(55)	(87)	(5)
Guilherme Slaviero Kaesemodel Smartgreen Desenvolvimento de Tecnologia	-	(6)	(6)	(5)
Negresco Administração e Participações	(12.493)	(783)	(10.695)	(495)
Prestação de Serviços	(1.606)	(8.626)	(1.325)	(7.955)
Crediparans Serviços Financeiros Ltda Negresco Fomento Ltda.	(a) (1.605)	(8.626)	(1.323)	(7.955)
Remuneração da administração	(1)	(2)	(2)	(16)
Despesas de honorários	-	(219)	-	(216)

(a) Contrato de prestação de serviços de correspondente e serviços contábeis e de controladoria, com prazo de vencimento indeterminado. O valor é determinado com base em uma tabela de preços pré-determinados no referido contrato, que leva em consideração a quantidade de cadastros avaliados, contratos mantidos na carteira, cobranças efetuadas e outros.
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País é de R\$32.675 (R\$32.675 em 30 de junho de 2015), representado por 32.675.000 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) ações nominativas, sem valor nominal.
As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	No de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	32.261.500	32.261	98,74%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	206.750	207	0,63%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	206.750	207	0,63%
Total	32.675.000	32.675	100,00%

b) Reserva legal
Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No primeiro semestre de 2016, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 70 (R\$ 194 em 2015).
c) Reserva especial de lucro
Do lucro líquido de R\$ 1.406 apurado no semestre, o montante de R\$ 70 foi destinado para a Reserva Legal e o restante terá sua destinação definida no encerramento do segundo semestre de 2016.

d) Dividendos
A Assembleia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.984, com base no lucro líquido do exercício de 2015.
17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito.

	2016	2015
Comunicação	475	496
Processamento de dados	283	399
Serviços dos sistemas financeiros	925	1.068
Serviços de terceiros	13.494	11.750
Técnicos especializados	4.731	5.013
Depreciação e amortização	191	168
Outros	552	417
Total	20.651	19.311

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
COFINS	2.199	2.257
PIS	357	367

	2016	2015
ISS	115	125
Outros	36	41
Total	2.707	2.790

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Receita de juros de locajtas	75	66
Desconto obtido	73	51
Juros Selic	46	34
Outras	36	39
Total	170	190

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Ações indenizatórias Processos Cíveis (nota 14.b)	625	628
Provisões para processos Fiscais (nota 14.b)	1.187	1.033
Outros	62	166
Total	1.874	1.827

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado	2016	2015

	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda	970	2.286
Contribuição social	786	1.373
Total	1.756	3.659

Impostos Diferidos

	2016	2015
Imposto de renda	(313)	(673)
Contribuição social	(189)	(404)
Total	(502)	(1.077)

Total de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.254	2.582

23. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.610	6.471
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)	(1.197)	(2.580)
Adição (exclusão) permanente:		
Outras diferenças permanentes	(8)	(11)
Imposto de Renda e CSLL ajustadas pelas diferenças permanentes	(1.205)	(2.591)
Outros	(49)	(11)
Total	(1.254)	(2.582)

Resultado antes do IRPJ e CSLL
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)
Adição (exclusão) permanente:
Outras diferenças permanentes
Imposto de Renda e CSLL ajustadas pelas diferenças permanentes
Outros
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferido
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Financeira não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros.

Gerenciamento de riscos
Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Financeira podem ser considerados como:

- a) Risco de crédito
Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, alienação e elaboração de inventários permanentes da Administração. A avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos ligada à Diretoria Administrativo-financeira; esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas com várias áreas da Financeira, tendo por objetivo empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, visando atender ao disposto na Resolução nº 3.380, de junho de 2006, do Banco Central do Brasil. O processo de Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional foi implementado e está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas da instituição.

b) Risco operacional
No primeiro semestre de 2016, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração. A avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos ligada à Diretoria Administrativo-financeira; esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas com várias áreas da Financeira, tendo por objetivo empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, visando atender ao disposto na Resolução nº 3.380, de junho de 2006, do Banco Central do Brasil. O processo de Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional foi implementado e está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas da instituição.

c) Risco de mercado
Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. A Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. Atendendo ao disposto na Resolução nº 3.464 de junho de 2007 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado foi implementado e está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistema da instituição.

d) Risco de taxas de juros
O mercado está sujeito aos efeitos da política econômica do Governo Federal, que sempre intervém frequentemente na política monetária do País, com medidas para estabilizar e controlar a inflação, uma delas é alterando a taxa de juros. Como os ativos da financeira são atualizados por taxas pré-fixadas e o passivo indexado por taxas pós-fixadas (CDI, IPCA), sujeitas a variação de mercado, a Administração gerencia a exposição das taxas de juros através de análises de fluxos de caixa futuros, assim como monitora os atos futuros do governo com o objetivo de equalizar o descaçamento das taxas e os prazos nas operações contratadas e captadas.

24. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE (ACORDO BASILEIA II)
As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 11% até 31 de dezembro de 2015 e de 8,975% entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, conforme art. 4º da Resolução 4.193/13. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar, pelo Método de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, indicador de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice em 30 de junho de 2016 atingiu 13,61%.

	2016	2015
Patrimônio de referência	26.604	32.544
Popr	2.123	2.417
Pepr	16.672	18.636
Pjurj	529	548
Total de parcelas	19.324	21.601
Suficiência (insuficiência) de capital	7.280	10.853
Índice de Basileia II BACEN	13,60	16,53
Razão mínima (Basileia / Bacen)	9,975%	11%

DIRETORIA	
Orlando Otto Kaesemodel Filho	- Diretor Presidente
Sergio Shoji Yamamoto	- Diretor
Eduardo Alexandre Novakowski	- Diretor
Antonio João Beal	- Diretor
José Gilberto Beal	- Diretor

CONTADOR	
José Gilberto Beal	- Diretor CRC (PR) 035187/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 19 de agosto de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Fº PR	Cosme dos Santos Contador CRC nº 1 RJ-078.160/O-8 T-PR
---	--